



XIX ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR
Blumenau - SC - Brasil

A PARTICIPAÇÃO DOS SETORES MÉDIOS NA PRODUÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO URBANO DA
CIDADE DO RIO DE JANEIRO NA PRIMEIRA REPÚBLICA ATRAVÉS DA CONSTRUÇÃO
HABITACIONAL

Luciana Alem Gennari (Universidade do Estado do Rio de Janeiro) - lagennari@gmail.com

Formada em Arquitetura e Urbanismo pela FAAP. Especialista em Patrimônio Arquitetônico pela PUCCAMP e em Planejamento e Uso do Solo Urbano pelo IPPUR/UFRJ. Mestre em Estruturas Ambientais Urbanas pela FAU/USP. Doutora em Planejamento Urbano e Regional pel

A participação dos setores médios na produção social do espaço urbano da cidade do Rio de Janeiro na Primeira República através da construção habitacional

INTRODUÇÃO

Desde aproximadamente meados do século XIX, o modelo de urbanização da cidade do Rio de Janeiro, então capital federal, passou por um processo de transformação impulsionado, principalmente, por novos arranjos econômicos e sociais, num momento em que grupos bastante diversificados de empresários e trabalhadores urbanos, nacionais e estrangeiros, engrossavam seus contingentes populacionais (RIBEIRO, 1997; VILLAÇA, 1998; ABREU, 2006). Essa transformação ocorreu conjuntamente com um importante movimento de espraiamento de sua mancha urbana para além da área central consolidada, quando algumas de suas antigas freguesias suburbanas passaram a ser incorporadas à dinâmica urbana da cidade, ainda que de maneira cindida e desigual (ABREU, 2006; GENNARI, 2013).

A rapidez com que esses locais foram ocupados e incorporados à malha urbana se deu, em grande parte, através de seu provimento material, com abertura de vias, instalação de linhas de infraestrutura urbana e parcelamento do solo promovido por entes particulares, onde a construção habitacional para uso próprio, venda ou aluguel foi significativa (GENNARI, 2013). Essa produção ocorreu em extensas áreas através do investimento no mercado imobiliário de diferentes montas de capital, aplicado na cidade ora de forma sistematizada, ora de forma pulverizada. As ações promovidas por empresas ou fábricas, assim como outras empreendidas por alguns capitalistas, buscavam usufruir de vantagens que eram oferecidas por lei. Muitas outras, mais dispersas por essas áreas e aparentemente desarticuladas de uma política de Estado mais consistente, foram realizadas por sujeitos com inserções sociais e econômicas diferentes.

Esse processo de produção da cidade que aconteceu majoritariamente no lote-a-lote foi assumido por um grupo que via no mercado imobiliário uma alternativa de investimento que se tornava então viável, graças à dinamização econômica e à abertura de novas linhas de crédito (BRITO, 2007). A compra de lotes e a construção de casas como uma forma alternativa de investimento não era uma novidade para o período, mas veio ao encontro de dois movimentos importantes no campo da habitação. De um lado, para enfrentar um problema anunciado nas últimas décadas do século XIX de falta de moradias consideradas salubres para as classes pobres, o Estado delegou ao capital privado, articulado em torno da atividade empresarial ou não, a incumbência de produzir novas unidades. Isso ocorreria através de uma política de incentivo a se investir nesse campo através de concessões de favores previstos por leis. Por outro lado, havia o interesse particular de alguns sujeitos no investimento no mercado imobiliário, sobretudo no âmbito local. Esse grupo era parte do contingente populacional urbano que vinha crescendo e que não era totalmente desprovido de recursos para arcar com as despesas de uma casa higiênica ou possuíam algum capital para diversificar seus investimentos e o faziam a partir de diferentes estratégias.

A partir de determinados parâmetros legais, a produção habitacional assumida pelo capital privado e por ele explorada foi estruturando e caracterizando significativos trechos urbanos para além da área central, com o objetivo de ordenar o espaço e induzir o indivíduo a um modo de vida apropriado para a capital moderna e civilizada que se desejava para o Rio de Janeiro (Figura 1). As propostas de habitações higiênicas para operários e para as classes pobres deveriam ser condizentes com os avanços técnicos e científicos e estariam amparadas por um rol de posturas, que colocavam em prática parte do projeto de modernização e de saneamento da cidade. Fazia parte dessa modernização e dessa ordenação o lugar em que esses trabalhadores poderiam morar ou teriam condições de arcar com os custos de sua moradia. A contrapartida foi a construção de uma cidade modelada em torno das ações e interesses desse grupo heterogêneo, que intervinha no espaço através do conjunto dos interesses e das possibilidades de sua atuação, conformando não apenas a paisagem local, sua morfologia urbana, mas também sua morfologia social.

O objetivo deste trabalho é investigar algumas estratégias de atuação na cidade desses sujeitos que participaram dessa produção habitacional mais pulverizada no território e que acabaram por contribuir de forma bastante efetiva para a caracterização dessas áreas lindeiras às freguesias centrais, que faziam parte da então zona urbana da cidade do Rio de Janeiro durante a Primeira República. Essas ações como um todo, efetivadas na escala local e articuladas com processos mais gerais da cidade, acabavam por contribuir para a conformação de uma morfologia urbana e social próprias, cujas marcas podem ser ainda hoje percebidas na paisagem urbana e onde estaria o cerne de uma das definições do conceito de bairro (GENNARI, 2019).

Essas construções habitacionais exclusivas ou mistas, que não chamavam a atenção nem pela opulência e nem pela precariedade, compunham em seu conjunto espaços concretos, onde se desenrolava a vida cotidiana dos grupos que os usavam. Esses lugares foram apropriados por esses indivíduos, adquirindo características próprias e tendo diferentes significados atribuídos, conformando espaços mais ou menos identificáveis como pertencentes a um mesmo todo. São fragmentos urbanos, porções de cidade que muitas vezes eram produzidas e, ao mesmo tempo, abrigavam esses produtores, que ali moravam, trabalhavam, circulavam e se relacionavam, acabando por marcar essa paisagem com sua presença.

Para estudar esses produtores foram levantados diversos pedidos de licença para obras particulares, que se encontram guardados no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, em ruas selecionadas nos bairros de São Cristóvão, Botafogo e Vila Isabel (antigas freguesias de São Cristóvão, Lagoa e Engenho Velho do Rio de Janeiro). As ruas foram escolhidas a partir das reminiscências construtivas que ainda hoje caracterizam esses bairros (Figuras 2-4). Foram levantados naqueles pedidos os nomes dos proprietários dos imóveis que apareciam em mais de um endereço no mesmo bairro, o que poderia ser um indício de que havia o interesse no mercado imobiliário local. Esses nomes foram pesquisados em periódicos como o Jornal do Commercio ou a Gazeta de Notícias e no Almanak Laemmert, todos pertencentes ao acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Também foi levantada a documentação referente a esses sujeitos no Acervo do Judiciário do Arquivo

Nacional do Rio de Janeiro, para tentar mapear sua atuação na cidade. Neste trabalho serão apresentados alguns dados preliminares dessa pesquisa em andamento olhando o conjunto da documentação analisada.¹

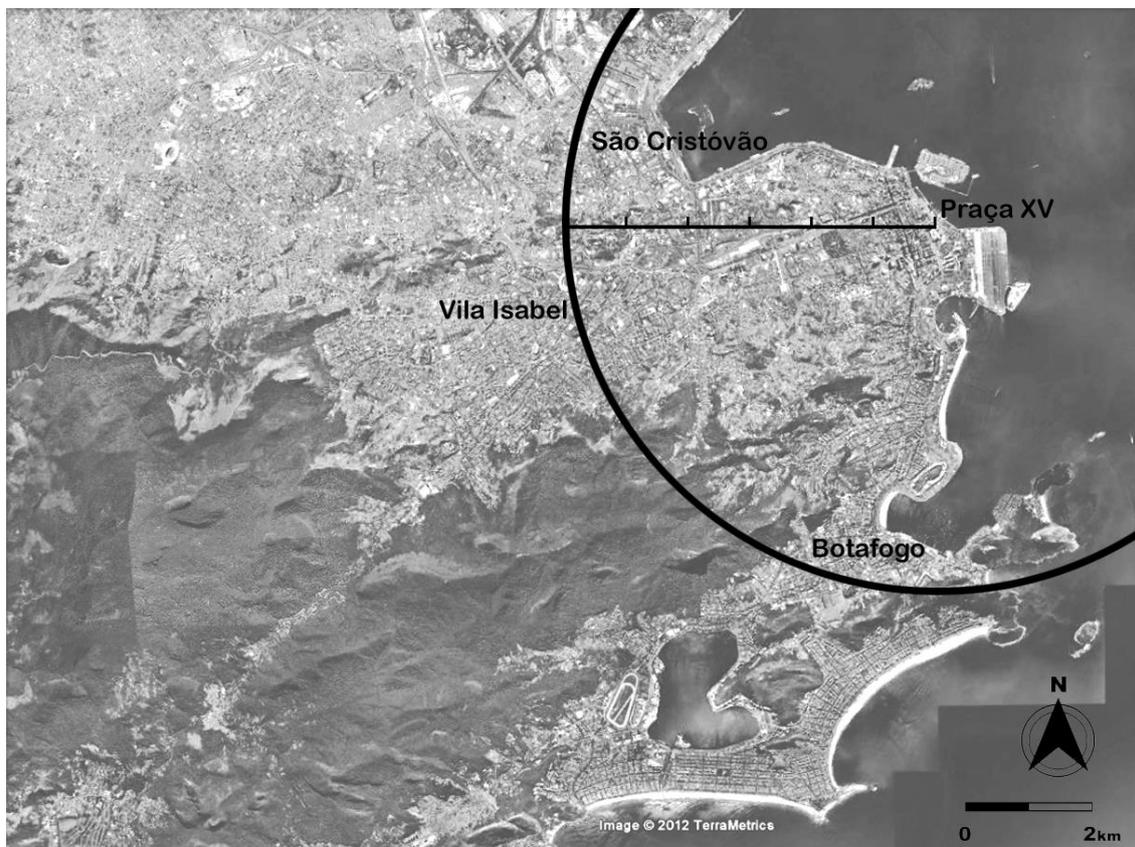
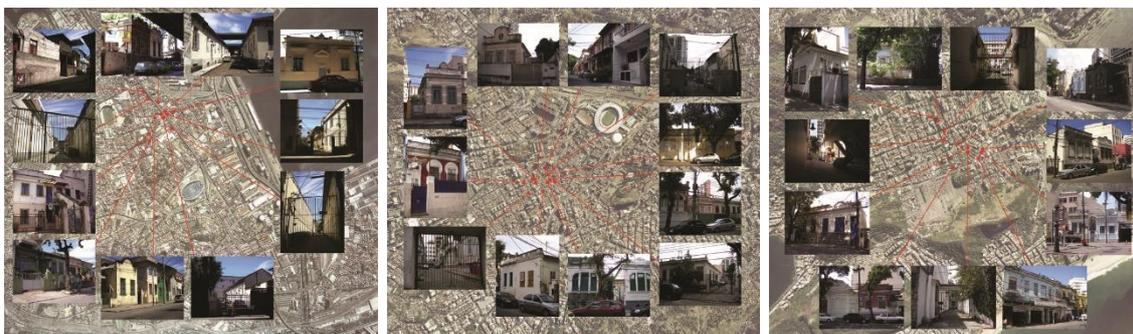


Figura 1. Localização dos bairros de Botafogo, São Cristóvão e Vila Isabel na cidade do Rio de Janeiro em relação a seu centro, tomando como referência a Praça XV num raio de aproximadamente 6km linear a partir do centro. Base: Google Maps, 2012.



Figuras 2, 3 e 4. Levantamento realizado em São Cristóvão (2006), Vila Isabel (2010) e Botafogo (2011). Base: Aerofoto Cruzeiro, 2004.

A HABITAÇÃO NA ESTRUTURAÇÃO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

A questão habitacional foi amplamente discutida para a cidade do Rio de Janeiro nas esferas competentes e foi forjada desde o terceiro quartel do século

¹ Este trabalho é parte da pesquisa do estágio de pós-doutoramento desenvolvido

XIX a partir de questões concretas do cotidiano da cidade, sobretudo da percepção do problema de suas condições sanitárias e do desejo de modernização de seus espaços. Contudo, subsistiu até o primeiro quartel do XX com a reiteração do discurso articulado em torno dos interesses de quem estava atuando diretamente no espaço urbano, visando a um ideal de cidade e de sociabilidade a serem implementados na capital federal. À cidade foram inculcados valores, como higiene, trabalho e civilidade que, acreditava-se e difundia-se, possibilitariam o progresso material e moral da cidade e de seus habitantes.

A habitação das classes pobres foi tratada como parte de um discurso higienista de cunho coletivo. Ela se apresentava então como um importante instrumento de transformação espacial de implementação do ideal republicano, liberal e positivista no meio urbano. A percepção de que a questão do alojamento era fundante, já que os edifícios de uso domiciliar ou misto eram a maioria na cidade, transferiu o foco das discussões para a forma de morar dos mais pobres, que ocupavam muitas áreas que vinham se valorizando. Esse discurso se intensificou com os eventos epidêmicos da cidade do Rio de Janeiro, que fizeram com que as classes dirigentes voltassem sua atenção para as condições da moradia urbana e lançassem mão dela como um importante instrumento de controle social. Aos olhos do Estado, a casa seria um importante elemento de fixação do contingente crescente de trabalhadores livres e um potencial elemento de ordenação espacial.

A partir do terceiro quartel do século XIX, a produção habitacional destinada a trabalhadores urbanos na cidade do Rio de Janeiro para uso próprio, venda ou aluguel contribuiu de forma expressiva para a conformação e configuração daquela que seria caracterizada como sua zona urbana até o final da Primeira República. Estes imóveis destinados ao uso residencial, construídos na frente ou nos miolos de quadra, foram promovidos pelo capital privado e colaboraram para o estabelecimento de um padrão de ocupação da cidade, cujas estruturas remanescentes marcam a tessitura urbana até os dias de hoje.

Sua principal atratividade consistia no fato de não haver nenhum instrumento legal de controle do reajuste dos aluguéis, cabendo ao proprietário estabelecê-lo de acordo com a relação entre a oferta e a procura de determinado padrão de moradia. Houve à época discussões no âmbito estatal sobre a regulação do aluguel e do despejo das propriedades urbanas e rurais, como o projeto de lei apresentado em 1891 pelo deputado opositorista Lopes Trovão, não efetivado até a Lei do Inquilinato de 1942. Como lembra Bonduki (1999, p. 44),

[...] o setor era regulado pelo mercado, inexistindo controles estatais sobre os valores dos aluguéis, fixados em contrato pela lei da oferta e da procura, ao mesmo tempo em que o direito à propriedade, garantido pela Constituição e pelo Código Civil, permitia o despejo [...].

Durante as últimas décadas do Império e o início da Primeira República, houve um esforço do poder público para estimular a produção habitacional para os trabalhadores pobres promovida pelo capital privado, havendo por parte do Estado pouca participação neste sentido. Este incentivo se traduziu na montagem de um sistema de concessões nos mesmos moldes em que se fazia com a implementação de infraestrutura urbana, ou seja, os empresários

usufruiriam de benefícios concedidos por lei para a construção de casas higiênicas para trabalhadores. Contudo, como o valor dos aluguéis era estipulado por contrato e congelado pelo tempo de exploração da concessão, esse sistema gerou uma série de conflitos, fazendo com que as partes interessadas argumentassem, através de requerimentos, a inviabilidade, desse sistema no médio e no longo prazo (GENNARI, 2013).

Sobre a conformação de extensas áreas urbanizadas, essas ações empresariais, apesar de significativas, foram pontuais. Por outro lado, as construções promovidas pelo pequeno capital privado, pulverizado nos novos parcelamentos da área urbanizada que se adensava, se mostraram relevantes na configuração das paisagens da cidade neste período. Esta produção de casas, que ora vinha identificada com padrão operário ou proletário, ora simplesmente vinha atender a uma demanda por moradias mais modernas, equipadas com peças hidráulicas e que tinha características muito peculiares dadas, sobretudo, pelo rol de leis, pela presença de redes de infraestrutura urbana instaladas e pela disponibilidade de técnicas construtivas e materiais que estavam ao alcance desses investidores. Estes edifícios seriam incorporados à cidade e responderiam às novas demandas sobre os modernos modos de morar e de ocupar a cidade.

Promulgadas a partir do terceiro quartel do século XIX, as normas sobre construções e reconstruções de prédios na cidade do Rio de Janeiro exigiam a aprovação das plantas e a concessão de uma licença pela municipalidade. Em 1886 foi estabelecida a necessidade de se obter licença para construção e reconstrução de prédios dentro dos limites da Décima Urbana. Em 1892 esta obrigatoriedade foi estendida para fora desses limites e instituída a necessidade da apresentação de plantas, cortes e fachadas com a assinatura do proprietário e do construtor. Tal determinação foi reiterada em 1903 (RIBEIRO, 1983) e, a partir de 1925, passou a ser obrigatório constar nas plantas a inclusão do destino dos cômodos de uma residência. O cumprimento dessa determinação por boa parte dos interessados facilitou o mapeamento dos produtores no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

O que permeava todas essas ações é o fato de que elas faziam parte de um negócio e, portanto, seus investidores procuravam tirar o maior proveito de seu investimento. Nos lugares onde a legislação permitia e houve interesse, tanto por parte do Estado, como por parte dos particulares, o adensamento horizontal foi a tônica da ocupação, ditando o tamanho dos lotes, de maneira geral, de uso habitacional ou misto. Porém, nem todas as áreas foram adensadas segundo essa lógica de aproveitamento máximo do terreno, com áreas reduzidas para a construção de casas. No Rio de Janeiro, a legislação edilícia que dava conta de toda a urbe não era um fator restritivo preponderante. Esta decisão pelo adensamento era tomada em função do tipo de moradia que se pretendia oferecer em determinados lugares, segundo a articulação dos interesses entre governo e investidores.

Tudo isto aponta para o fato de que a cidade, que recebia um número expressivo de novos moradores (Tabela 1), acomodava uma camada de trabalhadores urbanos, que possuíam algum recurso, em locais que se estruturavam a partir de novas dinâmicas do trabalho e que não eram restritos ao entorno das fábricas. Estas áreas não se conformaram como enclaves de pobreza na cidade, tampouco responderam à combatida forma de morar das

classes pobres, como os cortiços, as estalagens, as avenidas ou as casas de cômodo. Ao contrário, elas se constituíram como áreas de uso misto, com a presença de comércio, variados serviços e, por vezes, pequenas fábricas, estabelecidos ao lado de edificações residenciais, de uso exclusivo ou não.

Tabela 1. Número de habitantes, prédios e domicílios na cidade do Rio de Janeiro

Zonas	habitantes				prédios				domicílios			
	1872	1890	1906	1920	1872	1890	1906	1920	1872	1890	1906	1920
Zona urbana	222.313	429.745	621.933	790.823	24.083	37.071	59.066	80.259	37.481	60.619	58.924	80.729
Zona suburbana	44.518	92.906	183.402	356.776	6.835	11.505	25.309	49.373	6.730	11.188	24.762	48.232
Rio de Janeiro	266.831	518.292²	805.335	1147599	30.918	48.576	84.375	129.632	44.211	71.807	83.686	128.961

Fonte: Republica dos Estados Unidos do Brazil (1908); Ministerio da Agricultura... (1925).

Estes locais se conformaram a partir das demandas deste grupo que ganhava importância no contexto urbano, composto por uma camada da população bastante diversa, formada por sujeitos com inserções sociais diferenciadas, variando desde os que se qualificavam como “proprietários”, até aqueles que tinham profissões estabelecidas, como comerciantes ou prestadores de serviços. Ao mesmo tempo, as porções de cidade que os abrigava, os locais onde moravam, trabalhavam, circulavam e se relacionavam, ganharam características marcadas por sua presença. Esses espaços concretos, onde se desenrolava a vida cotidiana e que eram apropriados por tais grupos, adquiriram marcas próprias e eram carregados de significados atribuídos por esses mesmos grupos, conformando espaços mais ou menos identificáveis como pertencentes a um mesmo todo. Aqui está o cerne da ideia de bairro (GENNARI, 2019).

A MORFOLOGIA SOCIAL URBANA EM UMA DAS ACEPÇÕES DE BAIRRO³

Morfologia designa o estudo da forma, da configuração ou da aparência externa da matéria, podendo compreender não apenas as características de estruturação do ser ou da coisa, mas também os fenômenos que lhe deram origem e o processo que o levou a certo estado (LAMAS, 2004; HOUAISS, 2009). Na cidade, as formas são determinantes e determinadas pelo meio urbano, contemplando não apenas aspectos de sua fisionomia, mas de seus desígnios, arranjos e possibilidades. A morfologia está intimamente ligada à construção do tipo, ao mesmo tempo como seu elemento constitutivo e seu instrumento de análise (DURKHEIM, 2008; ROSSI, 2001). Há diversas maneiras de se abordar a questão da morfologia urbana, uma vez que ela tem interface com diferentes disciplinas. O tipo propriamente não será aqui abordado.

Mesmo que relacionados ao meio urbano, é certo que os objetos das morfologias urbana e social são diferenciados: os primeiros privilegiando a

² A soma da população recenseada por distrito é maior do que o total da cidade para o ano. Foram consideradas para as áreas urbana e suburbana as somas dos distritos e mantido o total apontado pelo censo.

³ Algumas questões aqui tratadas foram retiradas de [omitido para avaliação cega]

dimensão material da cidade e os segundos, preferencialmente, seus grupos. Contudo, em se tratando da questão habitacional, essas morfologias não estão descoladas, como camadas sobrepostas numa base empírica. Ao contrário, interagem e interferem-se mutuamente na conformação dos espaços urbanos, isto é, nos seus arranjos e disputas.

Halbwachs (1941) iniciou as considerações finais de sua obra *Morfologia Social* questionando se seria possível falar em vida social sem os pensamentos, sentimentos e, sobretudo, a ideia de organização que une os membros de um grupo. Ele defendia um ponto de vista diferente do de Descartes, para quem o ordenamento dos espaços, quando fruto da razão, é mais bem composto e articulado do que quando resultam das circunstâncias ligadas ao tempo e ao espaço (HALBWACHS, 1939; 1941). Essas categorias ganham força no reconhecimento de que a fragilidade da coesão social aparece entre as populações que “estão menos ligadas à cidade, mesmo quando se encontram em seu recinto”.

De um lado, os grupos que participassem ao longo do tempo da construção do lugar, se entenderiam como parte desse assentamento urbano, que funcionaria como um organismo coeso. Por outro lado, a morfologia imposta em lugares produzidos de uma só vez, no modelo dos assentamentos modernos criados artificialmente e que não resultasse das práticas de seus habitantes, tornariam sua estrutura física e social mais fragmentada. Em ambos os modelos as práticas seriam próprias de indivíduos ou grupos específicos, ao mesmo tempo em que esses mesmos indivíduos ou grupos formariam as camadas sociais, sejam elas mais sedimentadas ou mais móveis (menos ligadas ao lugar).

Um desdobramento da morfologia social viria da consciência coletiva, que seria o encontro da sociologia com a psicologia, e para Halbwachs (2006), quando a morfologia fosse confrontada com a vida psicológica do grupo. A partir deste conceito, o autor deu uma dimensão temporal para a questão morfológica, quando fala em consciência material que a sociedade possuía de si. Seu estudo sobre a memória, ao contrário do postulado positivista, fez um apanhado dos conjuntos e dos significados do lugar (HALBWACHS, 2006). O futuro não seria mais o portador de uma lógica racional e o tempo não seria mais um meio homogêneo, estável e uniforme, palco privilegiado onde se desenrolariam os fenômenos humanos, mas sim uma categoria em mutação.

Do ponto de vista do indivíduo, o sentimento de pertencer a algum lugar ou a um grupo e o reconhecimento de determinadas características comuns singulares a eles, formais ou não, denotam os possíveis significados que a noção de bairro é capaz de suscitar, que não causa estranhamento, tampouco dificuldade de entendimento para quem tem alguma intimidade com o meio urbano. De um modo geral, os bairros são entendidos como áreas contíguas, mais ou menos delimitadas, não necessariamente conectadas espacial ou visualmente com áreas lindeiras, e que carregam um processo histórico de fundo de formação dentro da acepção da evolução urbana. Ao mesmo tempo, os bairros também se configuram por teias de relações, estabelecidas pelos grupos que destas áreas se apropriam e que também acabam por caracterizá-la. Esses dois aspectos não necessariamente se fundem aos limites administrativos estabelecidos pelas prefeituras, mas se constituem como uma espécie de “fronteiras imagéticas” reconhecidas pela população, cuja origem, de modo

geral, remete à história da constituição e da consolidação material desses bairros.

O bairro está numa escala de transição entre o mundo público e o privado, entre a casa e a cidade. Ele contém características destas duas esferas, encontrando-se num *locus* privilegiado de experiências pessoais e coletivas. Muitas das práticas urbanas cotidianas são dadas e apreendidas na escala do bairro, dentro da aceção da morfologia urbana ou social. Na rua, a partir da fronteira determinada pela fachada das casas, é estabelecida a exteriorização do domínio privado; em meio ao conjunto das casas, configurado pelas quadras, lotes e sequência de outras fachadas, é experimentado o coletivo, num sentido de maior ou menor pertencimento, de maior ou menor reconhecimento de que aquele espaço compõe um todo com características comuns (Figura 5).

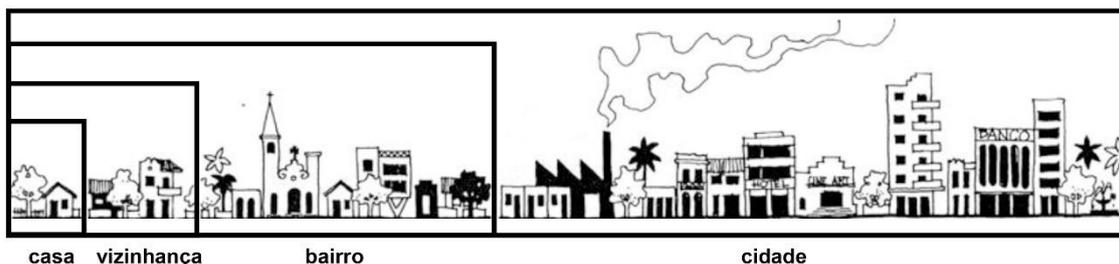


Figura 5. Escalas da cidade. Adaptado de Santos, 1988, p. 160.

Esta escala de transição pode ser traduzida pela leitura de um conjunto de elementos urbanos que conferem ao bairro certa dimensão. Ele contém dentro da ideia de espaço público e de uso coletivo os elementos que são capazes de ser assimilados no espaço urbano pelo homem, como as ruas, as fachadas, o mobiliário, as praças, as árvores etc., que, encadeados, permitem uma leitura concatenada da paisagem urbana como trechos contínuos, cuja articulação, por meio da infraestrutura, forma um sistema organizado e hierarquizado, compondo a cidade (CULLEN, 1983; SANTOS, 1985; 1988; LAMAS, 2004).

De maneira geral, ainda que a população não conheça a legislação que estabelece os limites administrativos internos dos municípios, ela é capaz de indicar, com alguma segurança, quais lugares das cidades pertencem a qual bairro. Ele é a primeira referência atribuída à localização dos elementos urbanos, ao mesmo tempo em que contribui para o sentido de ordenamento dos diferentes aspectos da cidade e da vida comunitária. Esta associação é, por um lado, uma construção cultural, da vivência urbana e coletiva do indivíduo, e, por outro, é a expressão de sua capacidade de leitura da paisagem, na mão dupla de como ela também comunica determinados valores do e ao grupo.

Vários elementos arquitetônicos fazem a mediação dessa oposição entre a parede de fachadas na rua e o espaço de passagem. Esses elementos relacionam o âmbito privado atrás da fachada e o âmbito público à sua frente. Os primeiros elementos desse tipo que nos chamam a atenção são portas, janelas e balcões. Importa notar que, sendo as fachadas emparelhadas com as calçadas, essas aberturas proporcionam um meio para comunicação visual, oral e mesmo tátil direta entre dois âmbitos, como fica evidente nas trocas de conversas, de comida, de dinheiro e de gestos [...]. Assim, a função da fachada sobre a rua é complexa: define, pelo ato de conter e separar o espaço, o que é interior e o que é exterior, o privado e o público, a casa e a rua

(e tudo o que está associado com esses âmbitos contrastantes da vida social), proporcionando, apesar disso, diversos tipos de passagem entre elas (HOLSTON, 1993, p. 125).

Essas passagens do mundo privado para o mundo público, e vice e versa, constroem escalas crescentes de apreensão do mundo para o indivíduo, neste caso, a partir de suas experiências urbanas. Se o lugar da casa interfere no seu sentido coletivo, tanto quanto no individual, a casa também interfere na construção do sentido do lugar, uma vez que ela, junto com seus pares, dá à dimensão urbana formas e significados distintos. O conjunto dessa extensão do mundo privado para além das fachadas, ou de seus limites físicos, conforma os espaços públicos mais ou menos identificáveis como pertencentes a um mesmo todo que, a partir do núcleo de ação, centrado na própria residência, vai perdendo seu caráter de intimidade, na medida em que dele se afasta, esvaindo o reconhecimento no espaço público a partir da ideia de privado. O contrário também ocorre, sobretudo quando essa centralidade está vinculada à ideia do morar. O lugar de moradia de um indivíduo é o lugar da criação de relações, da construção da tessitura social sobre a física, do estabelecimento de vínculos de afetividade. Decorre daí um sentido mais intuitivo do bairro.

Pelo fato de seu uso habitual, o bairro pode ser considerado como a privatização progressiva do espaço público. Trata-se de um dispositivo prático que tem por função garantir uma solução de continuidade entre aquilo que é mais íntimo (o espaço privado da residência) e o que é mais desconhecido (o conjunto da cidade ou mesmo, por extensão, o resto do mundo): “existe uma relação entre a apreensão da residência (um ‘dentro’) e a apreensão do espaço urbano ao qual se liga (‘um fora’)”. O bairro constitui um termo médio de uma dialética existencial entre o dentro e o fora. E é na tensão entre esses dois termos, um dentro e um fora, que vai aos poucos se tornando um prolongamento de um dentro, que se efetua a apropriação do espaço. Um bairro, poder-se-ia dizer, é assim uma ampliação do habitáculo; para o usuário, ele se resume à soma das trajetórias inauguradas a partir do seu local de habitação. Não é propriamente uma superfície urbana transparente para todos ou estatisticamente mensurável, mas antes a possibilidade oferecida a cada um de inscrever na cidade um sem-número de trajetórias cujo núcleo irreduzível continua sendo sempre a esfera do privado (MAYOL apud CERTEAU, 1996, p. 42).

A moderna noção de bairro, em sentido tanto administrativo de ordenamento, quanto associativo de pertencimento, é também uma construção social imbuída dos valores do período de sua construção. Para Mumford (1954, p. 257, trad. minha), “[...] dividir o mesmo espaço é provavelmente o mais primitivo dos vínculos sociais, e estar sob o olhar dos vizinhos é a forma mais simples de associação”. Para Bezerra (2011), o bairro é uma diversidade em definição. Ainda que seu sentido extrapole os limites da cidade, sua ideia mais recorrente é a de um espaço urbanizado e habitado, se contrapondo ao *centro* e ao *campo* (LIRA, 2010). Esta ideia será o cerne das múltiplas conotações que o bairro assumirá ao longo do tempo.

Não há por trás da estruturação das cidades uma ideia de sequência lógica e inevitável, mas a construção social do território associada a relações político-econômicas, variáveis no tempo e no espaço, que consolidam trechos urbanos. A estruturação dos bairros não se dá espontaneamente, mas vinculada

a outras relações e instituições presentes na rede urbana, que lhe configuram uma dimensão política, física e social.

OS SETORES MÉDIOS URBANOS

Oliveira (2005) trabalhou em sua tese de doutorado com uma parcela da população paulistana que chamou de “setores médios”. Esse tema não foi inaugurado por ela, mas a sua abordagem trouxe uma importante contribuição para os estudos urbanos. Em sua pesquisa utilizou o corpus documental dos inventários *post-mortem* do Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, pontuando que não estava “[...] lidando com toda a população da cidade, mas sim com a parcela que exclui os marginalizados, os despossuídos, os que só podiam contar com a sua própria força de trabalho” (OLIVEIRA, 2005, p. 28-9).

A autora afirma que grande parte da historiografia que tem se dedicado aos estudos dos setores médios é consensual em que “[...] não há definição possível ou satisfatória, uma vez que se trata de um grupo muito heterogêneo” (OLIVEIRA, 2005, p. 18). Ela entende que um importante mecanismo (não o único) de inserção profissional e social do sujeito está contido no título que dá ao seu primeiro capítulo: “vivendo de rendas, de aluguéis, de ofício, de emprego público”. Essa diversidade foi também verificada para o caso do Rio de Janeiro, a partir de uma amostragem dos produtores e compradores das casas para o bairro de São Cristóvão (GENNARI, 2009), levantada no fundo “Ofício de Registro de Imóveis do Rio de Janeiro”, pertencente ao Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Ainda que houvesse inúmeros proprietários ou capitalistas que vivessem exclusivamente da exploração dos aluguéis de seus edifícios, muitos não o tinham como meio de vida.

Esta primeira aproximação nos revela que, ao se estabelecer algum vínculo desses setores médios urbanos com a produção da cidade, o critério da posse da propriedade urbana pode ser um elemento importante para a sua caracterização, e mesmo sua diferenciação. Isso porque, embora a literatura reconheça a heterogeneidade desse grupo, são poucos os trabalhos que se debruçaram em sua sistematização no sentido de desvendar sua dinâmica no ambiente da cidade.

No âmbito dos estudos sobre o processo de urbanização, especialmente para o caso da cidade de São Paulo, alguns trabalhos, produzidos em áreas correlatas de estudo, como a História, a Geografia, a Arquitetura e o Urbanismo, vêm nos últimos anos se dedicando a tratar sob diferentes aspectos a atuação desses setores médios nas dinâmicas urbanas. Devem ser citados os de Brito (2007), tratando da participação de empresas e sujeitos em atividades urbanizadoras, e de Bueno (2010) sobre a construção de imóveis para o mercado rentista ainda na primeira metade do século XIX. Pareto Junior (2011) descreve a atuação dos construtores práticos no mercado da construção civil, Schneck (2016) dedica-se às dinâmicas de transformação urbana do bairro do Bexiga e, finalmente, Carvalho (2019) que trata da atuação desses setores médios que aplicam seu capital no mercado das construções no bairro de Vila Mariana.

A partir destas contribuições constatou-se que o mercado imobiliário se tornou um ramo de aplicação de diferentes montantes de capitais, especialmente

a partir da segunda metade do século XIX. Esta atividade econômica não era acessível apenas para os grandes capitais, mas tampouco excluía os trabalhadores que tivessem alguns recursos para investir em algum bem. No cenário do Rio de Janeiro não era raro um comerciante que alugasse imóveis nos fundos do seu terreno ou um proprietário, com alguma profissão, que arrendasse um cômodo num prédio de sua propriedade, ou um advogado que diversificasse seus investimentos em casas de aluguel (GENNARI, 2009). Neste sentido, vale lembrar que Ribeiro (1997) nos traz que, além de funcionários públicos, profissionais liberais e comerciantes, havia uma camada média composta por operários qualificados, bem como pelos trabalhadores dos setores de transporte, militares e policiais. Esses operários apareceram após o surto industrial do período de 1890, em oposição ao contingente de trabalhadores temporários. Reis Filho (1996, p. 27) chama a atenção para o fato de que

[à] margem dessa expansão das massas de mais baixo poder aquisitivo, ocorre o aparecimento de uma classe média, ocupada sobretudo no setor de serviços – comércio, administração, profissões liberais – que se instala nas faixas intermediárias entre os bairros mais pobres e as zonas destinadas às moradias das classes mais abastadas. É nessa faixa que vamos encontrar o embrião de um verdadeiro mercado imobiliário. [...] a propriedade imobiliária representa para a classe média a forma mais garantida de aplicação [...].

Bourdieu (2007, p. 134) propõe uma representação espacial do mundo social a partir dos princípios de diferenciação, constituídos por um conjunto de “propriedades atuantes” existentes no universo social e apropriadas pelos agentes ou grupos. Essas propriedades atuantes “[...] são as diferentes espécies de poder ou de capital que ocorrem nos diferentes campos”. A posição relativa no espaço de um agente ou de um grupo é definida ao mesmo tempo pela distribuição desses capitais (econômico, cultural, político ou social) e pela tomada de posição dentro de um universo de possibilidades. Esta composição do mundo social, ou a “topologia social” só existe de modo relacional e em uma perspectiva temporal. Assim, a propriedade imobiliária pode ter tensionado esse campo de representações na medida em que a ideia de ser “proprietário” condizia às expectativas de ocupação e inserção social.

Por outro lado, a propriedade da casa por muito tempo não foi uma questão primordial para o proletariado. As principais reivindicações expressas em seus jornais relacionavam-se, sobretudo, ao aumento real dos salários, à duração da jornada de trabalho, às condições de trabalho e ao acesso à educação. Lobo e Stotz (1985) tabularam os dados sobre os motivos das greves de trabalhadores para os anos de 1903, 1912 e 1918 e dentre eles não figurava a habitação. A rigor, sua propriedade não esteve na pauta das exigências dos trabalhadores até o final da Primeira Grande Guerra. O que se demandava eram aluguéis mais baratos e menos gastos com os custos da habitação e tudo indica que este foi um movimento geral no mundo do trabalho. Perrot (1988, p. 101-2), tratando do caso francês, afirma que

[o]s operários reivindicam [no século XIX] menos o direito à moradia do que o direito à cidade [...]. Eles aceitam as condições habitacionais, principalmente a densidade populacional, que assombram os observadores externos, filantropos e higienistas. [...] / Por um longo

período, a reivindicação operária se refere ao aluguel, não à moradia. [...]

Muitos autores, ao reconhecerem a dificuldade de se definir classe média e de estabelecer seus limites, apresentam uma discussão pertinente do ponto de vista da estrutura social, como Fausto (1975), Singer (1994) ou França (1994). Fausto e outros (2006) chamam a atenção ainda para a postura de Décio Saes, ao se referir a este grupo não como classe, mas como “camadas médias urbanas”. Os autores sublinham a tentativa de superar as dificuldades impostas pela teoria da estrutura social à pesquisa concreta, pela composição da classe em cortes próprios à estratificação social.

Fato é que esses pequenos investidores privados, partícipes dessas camadas médias urbanas, contribuíram na conformação de uma morfologia física e social da cidade construindo-a no lote-a-lote. Isto ocorreu através de estratégias de reprodução destes setores que nasceram e se caracterizaram juntamente com a dinamização e a diversificação urbana. Este é um grupo tipicamente urbano, que se formou com a cidade e que contribui de maneira efetiva para sua caracterização, conformando estruturas com características próprias que permitem que sejam diferenciadas entre si, segundo a moderna acepção do sentido de bairro (GENNARI, 2019). Tomando emprestado o conceito oferecido por Lynch (1997), o bairro não como uma unidade administrativa, mas como uma unidade urbana internamente coerente, reconhecível pelos usuários e dependente de outras unidades dentro do sistema urbano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação dessas particularidades baliza o encadeamento geral da cidade, e essa mudança da escala de análise confere ao lugar um reposicionamento no tempo e no espaço para além dos processos mais gerais. Submetido às mesmas forças, o lugar ganha peculiaridades quanto à duração dos diferentes movimentos urbanos que abrangem o todo (a cidade, o país ou o globo), que ora nele perduram, ora prematuramente cessam. Os processos influenciam e são influenciados pelo lugar e legam a ele, afinal, elementos próprios que também interferirão futuramente em suas morfologias e, no limite, em sua urbanização.

Abreu (1993, p. 172) recupera a noção de Milton Santos de tempo espacial, lembrando que muitos processos que ocorrem no nível local não se explicam necessariamente por suas conexões à escala global, ainda que não estejam desvinculados deles. Segundo o autor, “cada lugar [...] deve ser visto como uma combinação, em um momento dado, de processos e variáveis que atuam em diversas escalas”, sendo alguns desses processos singulares, outros que também atuam ou compõem um nível mais geral de abrangência, havendo ainda os que dizem respeito a uma escala intermediária. O tempo espacial é específico ao lugar, mas não está descolado das variáveis que atuam nas diferentes escalas e que reverberam em outros tempos históricos e em outros espaços.

O lugar é, pois, o resultado de ações multilaterais que se realizam em tempos desiguais sobre cada um e em todos os pontos da superfície terrestre. [...] O lugar assegura assim a unidade do contínuo e do

descontínuo, o que a um tempo possibilita sua evolução e também lhe assegura uma estrutura inconfundível. [...] Cada lugar é, a cada momento, um sistema espacial, seja qual for a 'idade' dos seus elementos e a ordem em que se instalaram. Sendo total, o espaço é também pontual (SANTOS, 2004, p. 258).

Para Santos (2004), há uma receptividade específica de cada lugar, ocupado ou vazio, aos fluxos de modernização ou de inovação. Quando esses fluxos são novos e se instalam em locais onde já havia outras variáveis, eles são por elas deformados ou, ao contrário, podem ser preservados de determinadas influências durante um período. De todo o modo, o processo de modernização pelo qual passou a cidade do Rio de Janeiro atingiu de maneira desigual suas partes, por questões políticas, econômicas, ou mesmo de administração pública. E ainda que tenha havido ingerência em determinadas fases deste processo, para além das escolhas individuais ou de determinados grupos, o lugar foi influenciado, ao mesmo tempo em que exerceu influência na implantação de sistemas físicos, sociais ou culturais.

Esta perspectiva coloca em xeque o estabelecimento de fronteiras estanques à cidade, corroborando com uma ideia relacional e sistêmica entre suas partes, assim como com as noções mais fluidas de bairros, grupos sociais e segmentos urbanos. Fez parte deste movimento a vocação de uso misto da cidade do Rio de Janeiro na Primeira República. Contudo, o caminho que seu desenvolvimento tomou não colocou seus bairros da então zona urbana em pé de igualdade, mas sim num patamar onde o rol de possibilidades que se apresentavam surtiria semelhanças e diferenças entre eles e deles em relação ao restante da cidade.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. A. Construções do urbano: espaço, tempo e lugar. In: II SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, 1992, Salvador. *Anais...* Salvador, Universidade Federal da Bahia, 1993, pp. 169-173.

_____. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Iplanrio, 2006.

AEROFOTO CRUZEIRO. *[Levantamento Aerofotogramétrico]*. Rio de Janeiro: Aerofoto Cruzeiro, 2004. 1 planta, col., esc. 1:15000. Acervo IPP.

BEZERRA, J. A. Como definir o bairro? Uma breve revisão. *GEOTemas*. Pau dos Ferros (RN), v. 1, n. 1, pp. 21-31, jan./jun. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/S02KR>>. Acesso em: 30/03/2012.

BONDUKI, N. G. *Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, Lei do Inquilinato e difusão da casa própria*. 2ª ed. São Paulo: Estação Liberdade: Fapesp, 1999.

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BRITO, M. S. *Modernização e tradição: urbanização, propriedade da terra e crédito hipotecário em São Paulo, na segunda metade do século XIX*. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

BUENO, B. P. S. “A cidade como negócio: mercado imobiliário em São Paulo no século XIX”. In: FRIDMAN, F.; ABREU, M. A. (Org.). *Cidades latino-americanas: um debate sobre a formação de núcleos urbanos*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2010. pp. 145-165.

CARVALHO, C. C. V. A. *Cenas de uma capital em expansão: aspectos da urbanização da Vila Mariana em São Paulo (1890-1914)*. São Paulo: Editora Unifesp, 2019.

CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Trad. E. F. Alves e L. E. Orth. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

CULLEN, Gn. *Paisagem urbana*. Trad. I. Correia e C. Macedo. Lisboa: Edições 70, 1983.

DURKHEIM, É. *As regras do método sociológico*. Trad. P. Nasseti. São Paulo: M. Claret, 2008.

FAUSTO, Boris. *A revolução de 30: historiografia e história*. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1975.

_____. et alii. *História geral da civilização brasileira: o Brasil republicano; sociedade e instituições (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. tomo 3; v. 9.

FRANÇA, B. H. Nova classe média ou novo proletariado?. *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, v. 8, n. 1, pp. 42-51, jan./mar. 1994.

GENNARI, L. A. “A construção de casas em série no bairro de São Cristóvão, Rio de Janeiro, como um modo de produção do espaço urbano”. In: PONTUAL, Virgínia; LORETTO, Rosane Piccolo (Org.). *Cidade, território e urbanismo: um campo conceitual em construção*. Olinda: CECI, 2009. pp. 221-239.

_____. *O lugar da casa na cidade: Rio de Janeiro na Belle Époque*. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2013.

_____. “Bairro, um conceito em construção”. In: FRIDMAN, F.; GENNARI, L. A.; KRAUSE, C. (Org.). *De cidades e territórios volume 2*. Rio de Janeiro: PoD, 2019, p. 213-228.

HALBWACHS, M. “La estructura morfológica de las grandes ciudades”. 1939. *Scripta Nova*. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales. Universidad

de Barcelona, v. 6, n. 112, 15 abr. 2002. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-112.htm>>. Acesso em: 10/11/2021.

_____. *Morfologia Social*. Trad. F. Miranda. São Paulo: Saraiva, 1941. (coleção Studium).

_____. *A memória coletiva*. Trad. B. Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HOLSTON, J. "A morte da rua". In: *A cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia*. Trad. M. Coelho. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

HOUAISS, A. *Houaiss eletrônico: dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. 1 CD-Rom.

LAMAS, J. M. R. G. *Morfologia urbana e desenho da cidade*. [Lisboa]: Fundação Calouste Gulbenkian Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2004.

LIRA, J. T. C. "Bairro". In: TOPALOV, Christian (dir.). *L'aventure des mots de la ville*. Paris: Robert Laffont, 2010. pp. 61-66.

LOBO, E. M. L.; STOTZ, E. N. Flutuações cíclicas da economia, condições de vida e movimento operário – 1880 a 1930. *Revista Rio de Janeiro*. Niterói, v. 1, n. 1, pp. 61-86, set./dez. 1985.

LYNCH, K. *A imagem da cidade*. Trad. J. L. Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMMERCIO. *Recenseamento do Brazil realizado em 1 de Setembro de 1920: Estatística predial e domiciliar da cidade do Rio de Janeiro (Districto Federal). Estatística predial, natureza, condição, numero de pavimentos, propriedade e densidade dos predios. Estatística domiciliar, applicação, natureza e densidade dos domicilios*. v. 2; 3ª parte. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1925.

MUMFORD, L. The Neighborhood and the Neighborhood Unit. *Town Planning Review*. Liverpool, v. 24, n. 4, pp. 256-270, jan. 1954.

OLIVEIRA, M. L. F. *Entre a casa e o armazém: relações sociais e experiência da urbanização: São Paulo, 1850-1900*. São Paulo: Alameda, 2005.

PARETO JUNIOR, L. *O cotidiano em construção: os "práticos licenciados" em São Paulo (1893-1933)*. Dissertação (Mestrado em Fundamentos da História da Arquitetura e do Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011.

PERROT, M. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Trad. D. Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. (coleção Oficinas da história; 12).

REIS FILHO, N. G. *Apropriação do solo urbano e política habitacional*. São Paulo: FAU/USP, 1996. (cadernos de pesquisa do LAP, série urbanização e urbanismo, n. 14).

REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL. *Recenseamento do Rio de Janeiro (Districto Federal). Realizado em 20 de Setembro de 1906*. Rio de Janeiro: Officina da Estatística, 1908.

RIBEIRO, L. C. Q. *Legislação urbana no Rio de Janeiro – 1838/1930*. Relatório de Pesquisa – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1983. (mimeo).

_____. *Dos cortiços aos condomínios fechados: as formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: IPPUR/UFRJ: FASE, 1997.

ROSSI, A. *A arquitetura da cidade*. Trad. E. Brandão. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

SANTOS, C. N. F. *Quando a rua vira casa: a apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro*. São Paulo: Projeto, 1985.

_____. *A cidade como um jogo de cartas*. Niterói: Eduff; São Paulo: Projeto Editores, 1988.

SANTOS, M. “A noção de tempo nos estudos geográficos”. In: *Por uma Geografia nova: da crítica da Geografia a uma Geografia crítica*. 6ª ed. São Paulo: Edusp, 2004. pp. 249-260. (coleção Milton Santos; 2).

SCHNECK, S. *Bexiga: cotidiano e trabalho em suas interfaces com a cidade (1906-1931)*. Dissertação (Mestrado em Fundamentos da História da Arquitetura e do Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2016.

SINGER, P. *A formação da classe operária*. 14ª ed. São Paulo: Atual, 1994. (coleção Discutindo a história).

VILLAÇA, F. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, 1998.